

# PMDB recua e já admite volta ao FMI

**HELIVAL RIOS**

O PMDB começa a dar hoje um passo atrás nas suas grandes plataformas para tentar superar a crise econômica. Como resultado disso, o governo vai abrir mão do crescimento econômico acelerado, em troca de um combate mais vigoroso da inflação, vai se reaproximar rapidamente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e apressar um plano de salvaguarda das reservas internacionais.

A nova estratégia político-econômica do governo começa a ser redesenhada hoje durante reunião entre o presidente José Sarney e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

O governo não dispõe de um elenco muito grande de opções para corrigir os rumos da economia e tentar superar a crise, mas está convicto de que não poderá deixar as coisas como estão. O conjunto de medidas que estará sendo debatido hoje entre o presidente Sarney e Ulysses Guimarães compreende, em sua essência, os seguintes pontos:

1- O governo abre mão do crescimento econômico acelerado para 1987/88, priorizando a execução de uma política austera e pragmática de combate à inflação, e que passa necessariamente por um maior controle dos gastos públicos. O País, segundo esta proposição, terá de se conformar com um menor crescimento econômico, provavelmente ao redor de 2 a 3%.

2- Maior reaproximação do governo com o FMI, como forma de se obter algumas vantagens e apressar a negociação da dívida externa do País com os bancos privados. O PMDB se encarregaria de tentar esfriar as reações a esta reaproximação.

3- Criação de mecanismos que auxiliem a retomada dos investimentos nacionais e estrangeiros no País. Destaca-se aí a adoção de algumas medidas de controle das taxas de juros. O governo não optaria pelo tabelamento, preferindo o controle dos SPREADS (o diferencial entre a captação e a aplicação).

4- Salvaguarda das reservas externas do País. Esta medida implicaria a adoção de mecanismos de estímulo às exportações, e a obtenção de um prazo de carência para o pagamento do serviço da dívida externa (juros mais amortizações). O estímulo às exportações viria basicamente na forma de uma "máxi" diluída, já em execução, uma vez que o cruzado está sendo desvalorizado à razão de 1% ao dia. Seria adotado ainda um maior controle das importações. A carência no pagamento do serviço da dívida seria a única alternativa que os bancos estrangeiros teriam para não considerar o Brasil inadimplente, já que o País não tem de fato como honrar os seus compromissos.

(Brasília/Agência Estado)